

# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO



## DO MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA - PR

Artigo 37 da Constituição Federal / Artigo 153 da Lei Orgânica Municipal /  
Criado de acordo com a Lei Municipal 2603/2016 / Regulamentado pelo Decreto 452/2016



www.jaguariaiva.pr.gov.br

Jaguariaíva, 24 de março de 2017

04 Páginas / Ano 1 / Edição nº 019



## LEIS

### LEI nº. 2637/2017

**EMENTA:** Revoga a Lei nº. 2467/2013, a qual dispõe sobre a doação de imóveis de sua propriedade para o Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, e da outras providências.

**AUTORIA:** Poder Executivo Municipal

A Câmara Municipal de Jaguariáiva Aprovou e eu, Prefeito Municipal, na forma do disposto no artigo 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002 e Lei Federal nº 4.320/64, **SANCIONO** a seguinte **LEI**:

**Art. 1º.** - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a revogar a Lei nº. 2467/2013 que autoriza a doação de imóveis de propriedade do Município de Jaguariáiva ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, bem como a cancelar qualquer convênio existente voltado à construção de moradias destinadas à alienação para população de baixa renda estabelecida no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV e congêneres.

**Art. 2º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, 20 de março de 2017.

JOSÉ SLOBODA  
Prefeito Municipal

### LEI nº. 2638/2017

**EMENTA:** Altera a Lei nº. 2391/2012, a qual dispõe sobre a doação de imóveis de sua propriedade, firmar convênio, conceder isenções fiscais, assumir obrigações e outras providências relativas a Construção de Unidades Habitacionais de Interesse Social.

**AUTORIA:** Poder Executivo Municipal

A Câmara Municipal de Jaguariáiva Aprovou e eu, Prefeito Municipal, na forma do disposto no artigo 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002 e Lei Federal nº 4.320/64, **SANCIONO** a seguinte **LEI**:

**Art. 1º.** A área de terras com 234.800,00 metros quadrados, objeto da matrícula nº. 13.582 registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Câmara de Jaguariáiva, compreendendo o imóvel denominado “Lotes Urbanizados Portal do Cerrado”, serão destacadas as matrículas abaixo indicadas, as quais serão declaradas de Interesse Social e de natureza residencial, seguindo o que dispõe restritivamente o Decreto Municipal nº. 368/2011.

§ 1º. As áreas afetadas e doadas para a construção de Unidades Habitacionais de Interesse Social, são as compreendidas nas seguintes matrículas: 14.231, 14.232, 14.233, 14.234, 14.235, 14.236, 14.237, 14.238, 14.239, 14.240, 14.241, 14.242, 14.243, 14.244, 14.245, 14.247, 14.248, 14.249, 14.250, 14.251, 14.252, 14.253, 14.254, 14.263, 14.264, 14.265, 14.266, 14.317, 14.318, 14.336, 14.339, 14.340, 14.341, 14.342, 14.343, 14.344, 14.345, 14.346, 14.347, 14.348, 14.349, 14.350, 14.353, 14.354, 14.355, 14.356, 14.357, 14.358, 14.359 e 14.366.

**Art. 2º.** A área com 585.988,16 metros quadrados, objeto da averbação nº. 5/12/17 na matrícula 12.157, atual matrícula 14.627 do Cartório de Registro de Imóveis, a qual compreende o imóvel denominado “Lotes Urbanizados Portal do Sertão”, fica revogada sua destinação de Interesse social, conforme prevê o Decreto Municipal nº. 673/2010.

**Art. 3º.** As áreas indicadas no parágrafo primeiro do artigo 1º, são destinadas à construção de Unidades Habitacionais de Interesse Social, sob os regimes de autoconstrução assistida, mutirão assistido, administração direta ou empreitada global, para o fim de assentamento social, de modo a atender as necessidades de habitação das famílias de baixa renda, com padrões mínimos de sustentabilidade, segurança e habitabilidade.

§ 1º. As áreas urbanas constantes no parágrafo primeiro do artigo 1º da presente Lei, serão objeto de parcelamento do solo, constituindo-se em lotes, para fins de habitação e moradia por Interesse Social, conforme projetos aprovados pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Habitação.

§ 2º. Os lotes somente poderão ser doados com cláusula resolutiva proibitiva de penhora e alienação, e somente poderão ser transferidos nos casos de sucessão hereditária.

§ 3º. Os lotes somente poderão ser doados às famílias que satisfaçam os critérios estabelecidos para inclusão no Cadastro de Famílias com Necessidade de Habitação Social da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

**Art. 4º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com empresas privadas para viabilizar a Construção de Unidades Habitacionais de Interesse Social.

**Art. 5º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder isenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, incidente sobre as operações relativas à construção de Unidades Habitacionais na área objeto desta Lei às empresas conveniadas ou contratadas desta.

**Art. 6º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a regulamentar os demais Atos necessários ao cumprimento da presente Lei, através de Decretos a serem expedidos pelo Chefe do Poder Executivo.

**Art. 7º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, 20 de março de 2017.

JOSÉ SLOBODA  
Prefeito Municipal



## DECRETOS

### DECRETO nº. 374/2017

O Prefeito de Jaguariáiva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, inciso X, XI e XXIV da Lei Orgânica do Município, artigo 9º, inciso I da Lei Municipal nº. 2155/2010 e ainda em conformidade com a Lei Municipal nº. 1922/2009 e seus anexos,

#### DECRETA

**Artigo 1º.** Fica **NOMEADA** diante aprovação em Concurso Público, Edital 001/2016, classificada em 46º lugar (Cota para pessoas afro brasileiras, capítulo IV do Edital 001/2016), a Senhora **ALICE TEIXEIRA DA SILVA DE ARAUJO**, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 8.790.127-0 SESP-PR e inscrita no CPF/MF sob nº. 036.552.349-61, para o cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR**, Nível I do quadro de pessoal da administração, a qual desempenhará sua função junto à **Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte**, percebendo os vencimentos estabelecidos em Lei para o início de sua carreira.

**Artigo 2º.** A nomeada submeter-se-á a estágio probatório por 03 (três) anos (art. 41 da CF e art. 21 da Lei Municipal nº. 2155/2010).

**Artigo 3º.** A posse dar-se-á no prazo de 15 (quinze) dias corridos a partir da data da publicação deste Decreto.

**Artigo 4º.** Este Decreto entra em vigor na presente data.

**Artigo 5º.** Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 15 de março de 2017.

JOSÉ SLOBODA  
Prefeito

HISSASHI UMEZU  
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ  
Secretário Municipal de Finanças

ALCIONE LEMOS  
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

### DECRETO nº. 375/2017

O Prefeito de Jaguariáiva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, inciso X, XI e XXIV da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº. 2165/2010,

#### RESOLVE

**Artigo 1º.** REVOGAR, a concessão de **ADICIONAL DE INSALUBRIDADE** no percentual de 20% (vinte por cento) do salário mínimo nacional, ao senhor **JAIR FRANCISCO TORRES APOLONIO**, servidor com cargo em provimento efetivo de **MOTORISTA C, D e E**, sob matrícula nº. 3313, concedida através do Decreto nº. 173/2014, de 24 de abril de 2014.

**Artigo 2º.** Este Decreto entra em vigor na presente data.

**Artigo 3º.** Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 15 de março de 2017.

JOSÉ SLOBODA  
Prefeito

HISSASHI UMEZU  
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

### DECRETO nº. 376/2017

O Prefeito de Jaguariáiva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, inciso X, XI e XXIV da Lei Orgânica do Município, artigo 9º, inciso I da Lei Municipal nº. 2155/2010 e ainda em conformidade com a Lei Municipal nº. 1922/2009 e seus anexos,

#### DECRETA

**Artigo 1º.** Fica **NOMEADA** diante aprovação em Concurso Público, Edital 001/2016, classificada em 7º lugar, a Senhora **ROSMERI LOYOLA**, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 987.116 SESP-PR e inscrita no CPF/MF sob nº. 092.178.199-72 para o cargo de provimento efetivo de **EDUCADOR INFANTIL**, Nível I do quadro de pessoal da administração, a qual desempenhará sua função junto à **Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte**, percebendo os vencimentos estabelecidos em Lei para o início de sua carreira.

**Artigo 2º.** A nomeada submeter-se-á a estágio probatório por 03 (três) anos (art. 41 da CF e art. 21 da Lei Municipal nº. 2155/2010).

**Artigo 3º.** A posse dar-se-á no prazo de 15 (quinze) dias corridos a partir da data da publicação deste Decreto.

**Artigo 4º.** Este Decreto entra em vigor na presente data.

**Artigo 5º.** Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 20 de março de 2017.

JOSÉ SLOBODA  
Prefeito

HISSASHI UMEZU  
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ  
Secretário Municipal de Finanças

ALCIONE LEMOS  
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

### DECRETO nº. 377/2017

Concede aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição ao servidor **JOSÉ CARLOS TESSARINI**.

O **PREFEITO DE JAGUARIAÍVA**, no uso de suas atribuições legais nos termos do disposto no artigo 67, X e XI da Lei Orgânica Municipal, tendo em vista o que consta no processo administrativo autuado sob o nº. 4.192/2015, bem como o que consta no processo nº. 23429/16 que tramita no TCE/PR,

#### DECRETA

**Artigo 1º.** Fica concedido o benefício previdenciário de **APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**, com fundamento no artigo 40, § 1º, inciso III, 'b' da Constituição Federal e artigos 45 e 46 da Lei Municipal nº 2.037/2009, ao servidor **JOSÉ CARLOS TESSARINI**, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXX. 456 SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. XXXXXX.839-34, no cargo de farmacêutico-bioquímico, sob a matrícula nº. 488.

**Parágrafo Único.** Os proventos, conforme artigo 40, § 1º, inciso III, 'b' da Constituição Federal e artigos 38 e 46 da Lei Municipal nº. 2.037/2009, serão **proporcionais**, no valor de **R\$ 3.484,38** (três mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e trinta e oito centavos) **por mês**, totalizando **R\$ 41.812,56** (quarenta e um mil oitocentos e doze reais e cinquenta e seis centavos) **anuais**, assegurando-se a revisão na mesma proporção e na mesma data em que se der o reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, de acordo com a variação integral do INPC, conforme artigo 40, § 8º da Constituição Federal c/c artigo 30 da Lei Municipal nº. 2.037/2009.

**Artigo 2º.** As despesas decorrentes da execução do presente correrão por conta das verbas do Instituto de Previdência e Seguridade Social dos Servidores Públicos do Município de Jaguariáiva - IPASPMJ.

**Artigo 3º.** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 26/02/2016, revogadas as disposições em contrário, em específico o Decreto nº. 080/2016.

**Artigo 4º.** Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 21 de março de 2017.

JOSÉ SLOBODA  
Prefeito

HISSASHI UMEZU  
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ  
Secretário Municipal de Finanças

TANIA MARISTELA MUNHOZ  
Procuradora Geral do Município

VALDEMIR FERREIRA  
Presidente do IPASPMJ

### DECRETO nº. 378/2017

Concede aposentadoria por idade e tempo de contribuição à servidora **NAIR BORGES RODRIGUES**.

O **PREFEITO DE JAGUARIAÍVA**, no uso de suas atribuições legais nos termos do disposto no artigo 67, X e XI da Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o que consta no processo administrativo autuado sob nº. 1.781/2017.

#### DECRETA

**Artigo 1º.** Fica concedido o benefício previdenciário de **APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**, com fundamento no artigo 6º, da Emenda Constitucional nº. 41/2003, à servidora **NAIR BORGES RODRIGUES**, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.200-7 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.159-53, no cargo de zeladora, sob matrícula nº. 557.

**Parágrafo Único.** Os proventos, conforme artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 serão integrais, no valor de **R\$ 1.221,16** (um mil duzentos e vinte e um reais e dezesseis centavos), **por mês**, totalizando a quantia de **R\$ 14.653,92** (quatorze mil seiscientos e cinquenta e três reais noventa e dois centavos), **anuais** assegurando-se a revisão para preservar seu valor real, na mesma proporção e na mesma data, que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

**Artigo 2º.** As despesas decorrentes da execução do presente correrão por conta das verbas do Instituto de Previdência e Seguridade Social dos Servidores Públicos do Município de Jaguariáiva - IPASPMJ.

**Artigo 3º.** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Artigo 4º.** Publique-se. Registre-se. Anote-se.